



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÕES

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

1. 1. Aquisição de instrumentos e ferramentas para execução de manutenção de equipamentos técnico-científicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantid.
01	Alicate amperímetro digital com as seguintes características: precisão básica 3%, categoria CAT 3 600V, alimentação 1x9V, display LCD 3 ½ dígitos com iluminação, corrente AC: 20/200/100 ³ , tensão DC: 200m/2/20/200/1000V, tensão AC: 200/750V, resistência: 200/2k/20k/200k/2MΩ, teste de continuidade/diodo, peak hold, detecção de tensão sem contato (NCV), abertura de garra 40mm. (referência MINIPA ET-3200B)	126772	pç	07
02	Analisador de CO2 para verificação de incubadora de CO2 com as seguintes características: Medição de CO2 por célula infravermelha; faixa de medição de 0 a 20%; Precisão de ± 1% da faixa após calibração; tempo de resposta ≤ 20 segundos; Alimentação por bateria recarregável com fonte de alimentação externa 127/220V 60Hz; Maleta para transporte. (referência GEOTECH G100)	434305	pç	02
03	Anemômetro de fio quente com as seguintes características: Medição e indicação simultânea de temperatura, velocidade e fluxo.; Cálculo de fluxo volumétrico e velocidade; Função de acumulador de dados manual para as medições; Medição no sistema métrico; MEDIÇÃO DE VELOCIDADE: Faixa de medição: 0 a 30m/s; Exatidão: ± 3% da leitura ou ±0,015m/s; MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: Faixa de medição: -18°C a 93°C; Exatidão: ± 3°C; Resolução: 0,1°C; Constante de tempo variável selecionável pelo usuário; Tempo de resposta de 200mseg para velocidade e 2 minutos para temperatura; Alimentação por bateria com adaptador AC 127/220V 60Hz; maleta para transporte. (referência: TSI/ALNOR mod. AVM430 ou TSI/AIRFLOW mod. TA430)	25801	pç	01
04	Calibrador térmico de bloco seco de campo, com as seguintes características: Faixa de operação de -25°C a 140°C; Exatidão ±0,25°C (± 1,0°C em furos > 6,4mm); Estabilidade ± 0,02°C em -25°C, ±0,04°C em 140°C; Uniformidade de poço para poço ±0,1 com ponteiros similares; Resolução 0,1°C; Leituras em °C ou °F chaveáveis; Dispositivos termoeletrônicos (TED) 150W; Tempo de aquecimento de 18 minutos da temperatura ambiente até 140°C; Tempo de resfriamento de 20 minutos da temperatura ambiente até -25°C; Tempo de estabilização de 7 minutos; Profundidade de imersão de 124mm (4,874"); Alimentação 127V; Com adaptador de poço tipo B com furos de 9mm (3/8" Insert B) e adaptador de poço tipo D com furos de 3mm; Interface para computador RS-232 com Software; Certificado de Calibração no mínimo nos pontos: -10°C, 0°C, 20°C, 40°C. (referência FLUKE 9103)	150574	pç	01
05	Cronômetro Digital com Display de Cristal Líquido com as seguintes características: Unidade de medida: 1/100 de segundos; Capacidade máxima de medição: 9 horas, 59 min, 59 seg e memória para 8 tempos; Resolução: 1/100 de segundos; (referência CASIO mod.HS-3)	25496	pç	01
06	Estação de solda com estação de retrabalho de ar quente com as seguintes características: 127V, ferro de solda, soprador de ar quente, painel de controle individualizado, display digital para temperatura do soprador, ajuste de vazão e temperatura do ar do soprador, ajuste de temperatura do ferro de solda, controles de liga/desliga independentes para o ferro de solda e soprador, suportes independentes para ferro de solda e soprador e uma pinça extratora de chip SMD. Características do soprador de ar quente: temperatura de trabalho ajustável entre 100°C e 450°C (550W), fluxo de ar ajustável entre 0,3 e 120L/min, proteção antiestática, conjunto de bocais para o soprador com mínimo de 03(três) peças (Ø 5,0, 7,0 e 10,0mm). Características do ferro de solda: temperatura de trabalho ajustável entre 200°C e 480°C (50W), proteção antiestática. (referência YAXUN 881D)	244223	pç	03
07	Gerador de pressão e vácuo para calibração de manômetros e vacuômetros por comparação ao padrão com as seguintes características: Volante para ajuste de pressão alta e ajuste fino, Faixa de medição 0 a 800 bar; Duas (2) conexões de 1/2" BSP para o padrão e o instrumento a ser calibrado; Fluido de trabalho – água, óleo, ar ou gás; Reservatório para fluido; Conexão auxiliar para gases. (referência ZURICH MOD. 800D)	150437	pç	01
08	Jogo de Soquetes e Bits de ¼" marca GEDORE, código 013.490, referência 20 LMU 10.	468500	pç	01
09	Multímetro analógico com as seguintes características: Tensão AC: 10/50/250/1000V; Tensão DC: 0,1/2,5/10/50/250/1000V; Corrente DC: 0,05mA/2,5mA/25mA/250mA/10A; Resistência: 2k/20k/200k/2M/20M/200MΩ; 67601	67601	pç	02

	Decibéis: -22~+62dB; Teste de Diodo; Teste de Bateria; Teste hFE; Transistor Ice0; Teste de Continuidade/Diodo; Categoria de Segurança: CAT III 500V; Precisão Básica 3,00%. (referência MINIPA ET-3021C)			
10	Multímetro digital com as seguintes características: display LCD 3 1/2 dígitos com iluminação, tensão DC: 200m/2/20/200/1000V, tensão AC: 200m/2/20/200/750V, corrente AC: 2m/20m/200m/20A, resistência: 200/2k/20k/200k/2M/20M/2000M, temperatura: -20° ~+ 1000°C, capacitância: 20n/200n/2μ/20μ/200μF, frequência 2K/20K/200K/2000K/10MHz, teste de continuidade/diodo, data hold, mudança de faixa manual, categoria de segurança CAT II 1000V; Incluso conjunto de pontas de prova, Termopar tipo K e Manual de uso. (referência MINIPA ET-2082C)	67601	pç	01
11	Nível de bolha com corpo em alumínio, com 02 (duas) ampolas, com base magnética, comprimento 12". (referência Tramontina mod. Master)	8869	pç	01
12	Radiômetro de Ultra Violeta com as seguintes características: Comprimento de onda de medição de 254nm; Faixas de medição de 0 a 199,9 μw/cm² com resolução de 0,1 μw/cm², de 0 a 1,999 mw/cm² com resolução de 0,001 mw/cm² e de 0 a 19,99 mw/cm² com resolução de 0,01 mw/cm²; Precisão de ±2%; Display de cristal líquido (LCD) de 3 ½ dígitos; Sonda foto-sensora separada do aparelho; Linearidade de 1%; Indicação de máximo e mínimo; memória; Ajuste de zero; Desligamento manual e automático; Certificado de Calibração no mínimo nos pontos: 40 uw/cm², 100 uw/cm²; Maleta para transporte. (referência INSTRUTHERM mod. MRUR-203)	150213	pç	01
13	Termômetro digital portátil, para sensores termopar, com as seguintes características: Display LCD de 3 ½ dígitos; Leitura em graus Celsius ou Fahrenheit; Duas entradas para termopares; Medições com termopares tipo K/J/T/E; Escalas de temperatura de -200°C a 1.400°C; Funções Mínimo, Máximo, Média, Modo Relativo, Hold; Incluso dois (02) termopares Tipo K e Estojo para transporte. (referência OMEGA mod. HH801B)	467508	pç	03
14	Termômetro padrão com sensor PRT de -200°C a 420°C, com as seguintes características: 01 canal; armazenamento de no mínimo 25 leituras com estatísticas; Intervalo de amostragem 0,3 a 1,0 seg; Tipos de sensores suportados: PRTs, RTDs, Termistores e Termopares; Tipos de termopares suportados: C, E, J, K, L, M, N, T, U, B, R, S; Faixa de leitura para milivolt: -10mV a 75mV ±(0,005% + 5μV); Faixa de leitura para resistência: 0Ω a 400Ω ±(exatidão de 0,004% + 0,002Ω), 200Ω a 50kΩ ±(exatidão de 0,01% + 0,5Ω), 50kΩ a 500kΩ ±(exatidão de 0,03%); Alimentação por baterias e adaptador AC 110/220V 60Hz; Incluso Sensor PRT de -200°C a 420°C, 100 ohm (PT 100) e Maleta para transporte; Certificado de Calibração no mínimo nos pontos: -10°C, 0°C, 20°C, 40°C, 100°C . (referência FLUKE mod. 1523)	467508	pç	01

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias corridos contados a partir do recebimento da Nota de Empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A manutenção de equipamentos técnico-científicos é realizada pelas oficinas do DMEQ/COGIC e estes materiais são essenciais para a continuidade dos serviços. Os equipamentos e instrumentos solicitados visam a dar mais agilidade na execução dos serviços e atender às tecnologias incorporadas aos novos equipamentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A manutenção corretiva e preventiva e a qualificação dos equipamentos dos laboratórios exigem cada vez mais instrumentos e ferramentas específicas a fim de atender às novas tecnologias e exigências dos órgãos certificadores dos processos destes laboratórios. Para atender à demanda crescente dos serviços de manutenção e qualificação é necessária a aquisição dos instrumentos e ferramentas solicitadas.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

4.1. O objetivo do presente Pregão Eletrônico é de natureza comum, ou seja, atende aos padrões de desempenho e objetividade com especificação usual no mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Departamento de Manutenção de Equipamentos - DMEQ, telefone 021 2209-2015, no pátio da Sede da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, sito à Av. Brasil, 4365 – Mangueiras – RJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min.
- 5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável e pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de cinco (05) dias, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX) \cdot \frac{(6 / 100)^N}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

12. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

12.1. Não se aplica.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução visto tratar-se de fornecimento de material em uma única parcela, no prazo máximo de 30 dias.

15. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não se aplica.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de 0,3% (zero ponto três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 33 (trinta e três) dias;

16.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ R\$ 175.419,67.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. Projeto / Processo: 0032.2000.566 .30451 - Manutenção de Equipamentos Científicos.

18.2. Programa de Trabalho: 10122003220000033

18.3. Elemento de Despesa: 449052 - Equipamentos e Material Permanente

18.4. Fonte de Recurso: 0615100000

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Manoel Luiz Martins Donas

Aprovo

Armando Carlos Lopes

Chefe do Departamento de Manutenção de Equipamentos

Autorizo

Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

ANEXO 2 – Termo de Referência

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETIVO DO REQUISITO: Formalizar o recebimento provisório do bem de capital

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Fiscal do Contrato ou requisitante

QUANDO PREENCHER: no processo de recebimento Provisório.

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Processo nº: _____

Contrato nº ____/____ (nº/ano)

Nota de empenho nº: _____

Modalidade da Compra: _____ nº da compra: ____/____ (nº/ano)

Objeto:

Contratado: nome e CNPJ

Unidade contratante (nome e UASG)

Departamento: _____/Setor: _____

Aos __ dias de _____ de 20__ recebemos, em caráter provisório, o(s) objeto(s) (DESCREVER OBJETO). Após constatar que o objeto acima descrito encontra-se de acordo com as condições contratuais, em quantidade e qualidade, normas técnicas em vigor e em obediência às especificações técnicas e demais elementos do Termo de Referência e/ou Projeto Básico, expediu-se o presente TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

Quantidade de Caixas/embalagens/volumes recebidos:

Condições das embalagens/caixas/volumes:

Embalagens foram abertas no momento do recebimento?

Conferido por: _____ registro: _____

Data e Assinatura:

Fiscal do Contrato: (servidor)

Data e Assinatura

ANEXO 3 – Termo de Referência

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETIVO DO REQUISITO: Formalizar o recebimento provisório do bem de capital

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Fiscal do Contrato ou requisitante

QUANDO PREENCHER: Após testar o funcionamento dos equipamentos.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo nº: _____

Contrato nº ____/____ (nº/ano)

Nota de empenho nº: _____

Modalidade da Compra: _____ nº da compra: ____/____ (nº/ano)

Objeto:

Contratado: nome e CNPJ

Unidade contratante (nome e UASG)

Departamento: _____/Setor: _____

Equipamentos/bens testados em: ____/____/____ Hora: __;__h por: _____

Equipamentos/bens testados: _____ quant.: _____

Integridade dos equipamentos? (☐) Integros (☐) não íntegros (discriminar no campo observações)

Equipamentos/bens funcionando: (☐) SIM (☐) NÃO (discriminar no campo observações)

Nota Fiscal nº: _____ Série: _____ emitida por _____ data da emissão: _____

OBSERVAÇÕES:

Conferido por: _____ registro:

Data e Assinatura

Aos __ dias de _____ de 20__ recebemos, em caráter DEFINITIVO, após constatar que o(s) objeto(s) _____ encontra(m)-se de acordo com as condições contratuais, em quantidade e qualidade, normas técnicas em vigor e em obediência às especificações técnicas e demais elementos do Termo de Referência e/ou Projeto Básico, expediu-se o presente TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO em atendimento ao Art. 73, inc II da Lei nº 8.666/1993 e ao Art. 63, § 2º, inc. III da Lei n. 4.320/64.

Fiscal do Contrato: (servidor)

Data e Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL LUIZ MARTINS DONAS, Gestor(º)** do Departamento de Manutenção de Equipamentos Substituto(º), em 01/09/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARMANDO CARLOS LOPES, Gestor(º)** do Departamento de Manutenção de Equipamentos, em 01/09/2021, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Coordenadora Geral de Infra- Estrutura dos Campi, por Subdelegação.**, em 01/09/2021, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1048093** e o código CRC **5C085938**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Outubro/2020

Referência: Processo nº 25389.000413/2021-41

SEI nº 1048093